

O presente estudo se caracteriza por ser uma pesquisa de natureza longitudinal, ingressando no seu quarto ano consecutivo, pretendendo através do monitoramento das práticas de justiça restaurativa desenvolvidas no âmbito do Projeto Justiça para o Século 21, analisar seu funcionamento, em vista de parâmetros e propósitos restaurativos. Para tanto, a pesquisa atual tem como objetivo principal: investigar quais as repercussões em termos de garantias e afirmação de direitos humanos da juventude em conflito com a lei, advindas da aplicação de princípios e referenciais teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa nas intervenções institucionais e profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e dos Programas de Atendimento Socioeducativos, com vistas a contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de atendimento socioeducativo. Utiliza-se da complementaridade entre aspectos qualitativos e quantitativos, onde são utilizados os seguintes instrumentos e técnicas: entrevistas, com base em um formulário semi-estruturado, análise documental e observação. Os sujeitos da pesquisa são os adolescentes, a comunidade, operadores técnicos e gestores, sendo abordadas questões relativas às suas experiências com a Justiça Restaurativa. Nos estudos anteriores observa-se que além das práticas restaurativas contribuírem para a distribuição mais igualitária de poder – e, portanto, da responsabilidade – entre todos envolvidos através de novas relações entre Estado e sociedade civil na pacificação social de violência, também apontam que houve uma considerável ampliação da qualidade técnica dos serviços prestados no âmbito do sistema de justiça e dos programas de atendimento voltados aos adolescentes em conflito com a lei em uma perspectiva de garantia de direitos humanos.